

# Antropologia e ética: desafios para a regulamentação

CYNTHIA SARTI

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

organizadores

**ABA** PUBLICAÇÕES

## COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

### Coordenador

Antônio Motta (UFPE)  
Cornelia Eckert (UFRGS);  
Peter Fry (UFRJ) e  
Igor José Renó Machado (UFSCAR)

### Coordenador da coleção de e-books

Igor José de Renó Machado

### Conselho Editorial

Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM)  
Antonio Augusto Arantes (UNICAMP)  
Bela Feldman–Bianco (UNICAMP)  
Carmen Rial (UFSC)  
Cristiana Bastos  
(ICS/Universidade de Lisboa)  
Cynthia Sarti (UNIFESP)  
Gilberto Velho (UFRJ) – *in memoriam*  
Gilton Mendes (UFAM)  
João Pacheco de Oliveira  
(Museu Nacional/UFRJ)  
Julie Cavignac (UFRN)  
Laura Graziela Gomes (UFF)  
Lílian Schwarcz (USP)  
Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)  
Ruben Oliven (UFRGS)  
Wilson Trajano (UNB)

### Diagramação e produção de e-book

Mauro Roberto Fernandes

### Revisão

Abner Santos

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

### Diretoria

#### Presidente

Carmen Silvia Rial (UFSC)

#### Vice-Presidente

Ellen Fensterseifer Woortmann (UnB)

#### Secretário Geral

Renato Monteiro Athias (UFPE)

#### Secretário Adjunto

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

#### Tesoureira Geral

Maria Amélia S. Dickie (UFSC)

#### Tesoureira Adjunta

Andrea de Souza Lobo (UNB)

#### Diretor

Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

#### Diretora

Marcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

#### Diretora

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

#### Diretor

Carlos Alberto Steil (UFRGS)

[www.abant.org.br](http://www.abant.org.br)

Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte.  
Prédio Multiuso II (Instituto de Ciências Sociais) – Térreo – Sala BT-61/8.  
Brasília/DF Cep: 70910-900. Caixa Postal nº: 04491.  
Brasília – DF Cep: 70.904-970. Telefax: 61 3307-3754.

# Antropologia e ética: desafios para a regulamentação

CYNTHIA SARTI

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

organizadores

S2455a

Sarti, Cynthia; Duarte, Luis Fernando Dias

Cynthia Sarti e Luis Fernando Dias Duarte (Org.). Antropologia e ética: desafios para a regulamentação; Brasília- DF: ABA, 2013.

ISBN 978-85-87942-08-1

1. Antropologia. 2. Ética. 3. Pesquisa etnográfica. 4. Brasil. I. Título.

CDU 394  
CDD 300

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	6
<i>Bela Feldman Bianco</i>	
<b>Introdução</b> .....	9
<i>Cynthia Sarti</i> <i>Luiz Fernando Dias Duarte</i>	
<b>A vida social ativa da ética na Antropologia (e algumas notas do “campo” para o debate)</b> .....	31
<i>Patrice Schuch</i>	
<b>Desafios à Antropologia: diálogos interculturais entre os “outros” de ontem, os protagonistas de hoje e os antropólogos “situados”</b> .....	86
<i>Jane Felipe Beltrão</i>	
<b>O ético e o legal nos processos de apropriação profissional da experiência social</b> .....	106
<i>Ceres Vítora</i>	
<b>Etnografia entre “éticas”: ética e pesquisa com populações indígenas</b> .....	131
<i>Marina Cardoso</i>	
<b>Ética y antropología de la violencia</b> .....	172
<i>Mariana Tello</i>	
<b>Sobre os(as) autores(as)</b> .....	230
<b>Anexos</b>	
1. <b>Moção da ABA de 2011</b> .....	234
2. <b>Código de Ética da ABA</b> .....	238

# Prefácio

Tenho o maior prazer de oferecer *Antropologia e Ética* à comunidade antropológica e ao público em geral. Em seu conjunto, essa coletânea reúne reflexões teórico-metodológicas e manifestações públicas realizadas no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia sob minha presidência (2011–2012), sobre os paradoxos existentes entre a especificidade da produção do conhecimento antropológico e a regulação da ética de pesquisa vigente no Brasil através da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Expõe, assim, as complexidades e os dilemas inerentes ao fazer antropológico numa conjuntura marcada, de um lado, pela expansão e reconfiguração da antropologia e, de outro, pelo reducionismo técnico-científico que rege as deliberações sobre os projetos de pesquisa de caráter etnográfico a partir de critérios biomédicos da Comissão Nacional de Ética de Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde. Contrapondo-se a essa situação insólita, essa publicação tem o mérito de trazer subsídios que visam, em última análise, contemplar as gestões da ABA para que as pesquisas em antropologia, assim como nas demais ciências sociais e humanas, sejam aferidas por critérios condizentes às investigações sobre seres humanos no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A ABA, enquanto sociedade científica, tem historicamente promovido discussões, reflexões propositivas e ações políticas sobre temáticas que estão na ordem do dia. Com esse intuito, no biênio 2011–2012, sob a chancela *Desafios Antropológicos no Século XXI*, procuramos mapear e confrontar, através de análises críticas e propositivas, os dilemas, desafios e perspectivas que ocorrem no contexto de processos de expansão e transformação da antropologia no Brasil seja em relação às transformações e reconfigurações da antropologia como disciplina acadêmica per se; às relações entre essas transformações e as políticas científicas; seja ainda entre formação de antropólogos e o mercado de trabalho, assim como entre pesquisa antropológica e ação política e nesse contexto a política da antropologia, inclusive no que concerne à crescente relação entre a antropologia e as políticas públicas, a crescente relação entre a antropologia e políticas públicas, e, nesse âmbito, o papel dos antropólogos e antropólogas na intermediação política no contexto brasileiro contemporâneo.

Questões referentes à ética na antropologia constituíram parte central de nossa plataforma de gestão. Tendo em vista a crescente demanda por antropólogos e antropólogas no mercado de trabalho cada vez mais diversificado, o Comitê de Ética decidiu revisar e atualizar o código de ética da ABA. Ao mesmo tempo, os organizadores desta coletânea, Luiz Fernando Duarte e Cynthia Sarti, enquanto respectivamente vice-presidente e tesoureira geral da ABA (2011–2012), assu-

miram o desafio de levantar subsídios e atuar politicamente em prol de mudanças na forma de avaliar a ética na pesquisa antropológica e, por extensão em outras ciências humanas. Além de levarem em conta as reflexões propositivas e intervenções que vem sendo realizadas no âmbito da nossa associação pelo menos desde 2002 e organizarem discussões sobre a temática nas principais reuniões antropológicas do país, ambos tiveram atuação estratégica no âmbito do CONEP e da ANPOCS, bem como nos diálogos com colegas de outros campos das ciências humanas. Vale notar a importância da moção sobre ética na pesquisa, apresentada e aprovada pelo conselho científico da ABA em outubro de 2011 e subscrita pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), nas negociações na esfera da CONEP. Ambos documentos integram essa publicação.

Essa coletânea retrata as reflexões críticas e intervenções políticas realizadas durante o biênio 2011–2012. Desde então, estão ocorrendo novos desdobramentos para os quais esse conjunto de textos e documentos são de extrema valia.

Bela Feldman–Bianco  
Presidente da ABA (2011–2012)



# Introdução

*Cynthia Sarti*

*Luiz Fernando Dias Duarte*

Sob distintas formas, tanto no debate acadêmico como em intervenções sociais, a questão ética tem sido uma preocupação constante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Durante a gestão 1986–1988 foi criado o Código de Ética da associação e foi igualmente instituída uma Comissão de Ética. O respeito à diversidade no exercício intelectual, a responsabilidade e o compromisso perante as populações com as quais trabalhamos e interagimos, por meio da pesquisa e das diversas atividades profissionais envolvidas no ofício de antropólogo, sempre pautaram a atuação da ABA e de seus associados.<sup>1</sup>

Dando continuidade a essa perspectiva, a gestão 2011–2012 da ABA teve como um dos pontos centrais de sua plataforma discutir a atualização de seu Código de Ética e a peculiaridade da presente regulamentação da ética em pesquisa no país pela Resolução 196, de 1996, sob a égide do Conselho Nacional da Saúde, órgão do Ministério da Saúde.

Essa discussão tornou-se premente no Brasil em face das novas questões e dos desafios enfrentados pelos antropólogos que intensificaram e diversificaram significativamente suas ati-

---

1 O atual Código de Ética da ABA encontra-se anexo.

vidades, em particular, a partir da Constituição de 1988. Esta reconfigurou a questão dos direitos no país ao sancionar o caráter multicultural da identidade brasileira, modificando lugares e possibilidades de agência na luta por reconhecimento dentro do quadro das marcadas hierarquias da sociedade brasileira. Abriram-se novas frentes de atuação acadêmicas e não-acadêmicas, em instituições públicas e privadas, para um campo do saber e uma atividade profissional cujos contornos se modificam na medida das mudanças nos destinos de seus objetos de estudo e de intervenção, em relação aos quais os antropólogos se situam fundamentalmente como interlocutores.

Nessa interlocução constitutiva do trabalho antropológico e da produção do conhecimento nesse campo, as questões éticas emergem necessariamente e são postas em movimento, resultado de negociações constantes entre os distintos agentes sociais envolvidos, observadores e observados, fazendo de sua regulamentação, por definição, um campo de tensões que, uma vez configurado, clama por sair do lugar, em permanentes revisões. De outro modo, corre-se o risco da “burocratização da ética” como apontou Patrice Schuch em seu texto nesta coletânea. Diz a autora:

“Trata-se de investir na ideia de que a ética é diferencialmente produzida em múltiplos domínios da prática antropológica – em sua vida social ativa - o que requer delicadeza na sua discussão e consideração, assim como compreensão da diversidade e situacionalidade dos espaços de sua realização.”

Se os antropólogos no Brasil, através de sua associação, não se furtam à responsabilidade de regulamentar seus pro-

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

